

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.405 - PE (2019/0264651-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MIRELLA CORRÊA DE OLIVEIRA WANDERLEY - PE024151
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ROBSON COSTA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado por ROBSON COSTA DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no julgamento do HC n. 0002519-36.2019.8.17.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, juntamente com um comparsa, tendo sido posteriormente denunciado, pela prática em tese do delito tipificado no art. 157, § 2º, I, do Código Penal (roubo circunstanciado). Referida custódia foi convertida em preventiva em 27/9/2017.

Foi requerido pela defesa o pedido de relaxamento da prisão preventiva, por duas vezes, tendo sido indeferido pelo Juízo de primeiro grau (fls. 53 e 60).

Alegando excesso de prazo para a formação da culpa, a defesa impetrou ordem de *habeas corpus*, a qual foi denegada em acórdão acostado às fls. 77/85.

No presente feito, repisa a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, uma vez que o paciente está preso há quase 02 (dois) anos, afirmando que não contribuiu para a demora no encerramento do processo.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, para que o paciente possa aguardar em liberdade o desenrolar de seu processo.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 98/99). As informações foram prestadas pelas instâncias ordinárias (fls. 105/143, 144/182, 183/236 e 239/250).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* ante a perda de objeto (fls. 259/260).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

O presente *habeas corpus* encontra-se prejudicado.

Isso porque, em ofício enviado a esta Corte Superior de Justiça, o Juízo de primeiro grau informou que em 9/9/2019 revogou a prisão do paciente e emitiu alvará de soltura, em razão do excesso de prazo para formação da culpa, nos autos da ação penal n. 0020874-62.2017.8.17.0001 (fl. 184).

Assim, diante do novo contexto fático, evidente a perda do objeto da presente impetração nesta Corte.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator